

O político que era escritor ou o escritor que era político? A trajetória literária de Carlos Lacerda (1964-1977)

The politician who was a writer or the writer who was a politician? The political trajectory of Carlos Lacerda (1964-1977)

Fernanda Gallinari Sathler Mussi¹

RESUMO

A trajetória de Carlos Lacerda às vezes se confunde entre a política e as suas produções literárias. Suas obras, apesar de não serem inteiramente uniformes, tratavam-se quase sempre de temas políticos. Lacerda foi um dos grandes nomes da política conservadora, com certo cunho liberal, do século XX. Serão discutidas algumas obras relevantes de autoria desse personagem, para defender a hipótese de que a literatura lacerdista estava sendo feita propositalmente para expor suas concepções sobre a política vigente, mesmo em meio às censuras impostas pelos militares. Em resumo, interessa aqui construir a trajetória do discurso político de Lacerda pós-Golpe Militar, utilizando, contudo, as obras literárias do sujeito aqui abarcado para estudo.

Palavras-Chaves: Carlos Lacerda; Literatura lacerdista; Direita.

ABSTRACT

Carlos Lacerda's trajectory is sometimes confused between politics and his literary productions. His works, although not entirely uniform, were almost always political subjects. Lacerda was one of the great names of conservative politics, with a certain liberal nature, of the 20th century. Some relevant works by this character will be discussed, to defend the hypothesis that Lacerdist literature was being made on purpose to expose his conceptions about the current policy, even in the midst of censorship imposed by the military. In summary, it is of interest here to build the trajectory of Lacerda's political discourse after the military coup, using, however, the literary works of the subject included here for study.

Keywords: Carlos Lacerda; Literature lacerdista; Direita.

333

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e mestre pela mesma instituição. e-mail: fernanda.gallinari@hotmail.com

Carlos Lacerda foi um dos grandes nomes da política conservadora, com certo cunho liberal, além de um exímio jornalista. Participou da fundação de um dos maiores partidos do século XX, a União Democrática Nacional (UDN), do qual ele intensamente lutou pelo que ele acreditava. Criou o *Tribuna Imprensa*, jornal que era visto como um veículo de exposição e oposição aos presidentes que ele era contrário. Lacerda era incansável. E sua “fama” de “demolidor de presidentes”², “corvo” ou “o maior opositor político já visto no século XX” foi construída após inúmeras das suas participações em oposição a governos vigentes do século passado, como o governo de Vargas, JK, Jânio ou Goulart; e sua ativa participação ao golpe civil-militar, de 1964. Essas “famas” acabaram obscurecendo uma outra profissão que também fez parte da vida desse intelectual: a de escritor. Dificilmente algum possível leitor desse artigo conheça alguma das obras que serão aqui citadas. Inacreditavelmente, sabendo da importância e da centralidade desse personagem na política, suas obras não tiveram ou pelo menos não alcançaram um sucesso que ultrapassasse uma geração.

A sua trajetória às vezes se confunde entre a política e as suas produções literárias. Suas obras, apesar de não serem inteiramente uniformes, tratavam-se quase sempre de temas políticos. Além de suas publicações autorais, Lacerda fez, paralelamente, algumas traduções de obras, com aspectos políticos, preferencialmente as que refletiam a tradição democrática liberal, e, em seguida, iniciou a carreira como editor em 1965 com a fundação da Editora Nova Fronteira³, que vai ser importante nesse momento para publicar as obras de seu interesse. Lacerda foi um importante intelectual da época, possuindo uma vasta produção literária que inclui poemas, contos, crônicas, artigos, músicas, peças teatrais e ensaios críticos sobre autores brasileiros, como Carlos Drummond de Andrade, Érico Veríssimo e Graciliano Ramos, além de participações especiais em livros, prefácios e declarações.

Em um breve resumo, sua trajetória como escritor começou quando ele era ainda muito jovem. Ele se aproximou da literatura ao ter algumas oportunidades de trabalho, como, aos 16 anos de idade, ter sido contratado por Carlos Alberto Nóbrega⁴ para ajudar Cecília Meireles a escrever uma coluna diária sobre educação (DULLES, 1992, p.16). Logo, ele ajudou na criação de uma revista chamada *Rumo*, no âmbito da entidade estudantil, na Casa do Estudante do Brasil. Ele impôs uma aparência modernista à publicação e fez dela um veículo combativo por meio do qual escritores conhecidos e estudantes expressavam claramente seus pontos de vista, fazendo

² Lacerda, em várias entrevistas, autointitulava-se “derrubador de presidentes”. Na obra *Palavras e ação*, ele metaforizou a frase, afirmando que “havia um “derrubador de presidentes” mais ilustre que ele, o presidente da França, General De Gaulle, que havia derrubado um presidente antes dele.

³ A Editora Nova Fronteira é uma das maiores editoras do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, fundada por Carlos Lacerda, em 1965. Ele deu esse nome em homenagem ao presidente Kennedy, dos EUA, já que Lacerda o havia conhecido pessoalmente e o considerava um dos melhores presidentes que os EUA já teve.

⁴ Um dos fundadores do *Diário de Notícias*, jornal fundado numa época conturbada, 1930, ano que levou Getúlio Vargas ao poder e foi acompanhado por intensas mudanças políticas. O periódico era um jornal patriota, mas, sobretudo, independente, que nunca se curvou às pressões do poder e rejeitou, com dignidade, ofertas de subvenções.

denúncias contra Alceu Amoroso Lima, secretário da Liga Eleitoral Católica, e contra o catolicismo⁵, além de ridicularizar figuras como Hitler, Mussolini e Plínio Salgado, principal líder da Ação Integralista Brasileira. Promoveu também palestra com escritores como Mário de Andrade, que colaborava academicamente com a revista (LACERDA, 1978, p. 47).

Após esse período trabalhando para a revista *Rumo*, Lacerda começou a trabalhar na *Revista Acadêmica*, quando passou a ter mais contato com a literatura, pois fazia críticas literárias de clássicos brasileiros. Sua primeira produção literária, *O Quilombo de Manuel Congo*, foi publicada com o pseudônimo de Marcos, devido ao seu envolvimento com o Partido Comunista Brasileiro. É um simples livreto que conta a história do quilombo de Manuel Congo. Com viés de propaganda comunista juvenil, a obra resultou da sua primeira pesquisa histórica (LACERDA, 1978, p. 42).

Contudo, foi trabalhando no *Observatório Econômico e financeiro*, em 1938, que Lacerda passou a ser visto como um grande jornalista, além da sua participação na criação da UDN, que marcou definitivamente sua guinada para a direita e o início de sua trajetória política na fase mais importante da sua carreira. A UDN, para ele, era o partido que tinha maior compromisso com a democracia (LACERDA, 1965, p. 94).

A trajetória jornalística continuou intensamente. Redigiu alguns importantes artigos, trabalhando de forma *freelance* em importantes jornais da época, como o *Correio da Manhã* e o *Diário de Notícias*. Foi no *Correio da Manhã* que ele teve sua coluna diária, no *Tribuna da Imprensa*, que inspirou a criação do seu próprio periódico, o *Tribuna da Imprensa*. Em todos esses trabalhos, Lacerda utiliza suas produções como veículos de oposição ao governo Vargas e ao comunismo.

O *Tribuna da Imprensa* foi criado, com a ajuda de amigos ligados à UDN, após a conquista dos direitos do nome para o jornal, já que era o nome da coluna em que ele produzia no *Correio da manhã*, que, após uma sequência de desentendimentos, acabou demitindo Lacerda. Ele aproveitou o momento para ter seu próprio jornal, que viria a ser um dos maiores veículos de denúncias na luta contra o *getulismo*, o comunismo e semelhantes. Lacerda conseguiu ainda, em 27 de dezembro do mesmo ano (1949), abrir o jornal *Tribuna da Imprensa*, graças a uma grande mobilização de políticos udenistas e intelectuais católicos conservadores, ligados ao grupo Dom Vital (DELGADO, 2006, p. 256).

O jornalismo, assim como a literatura e as traduções, foram instrumentos importantes para Lacerda, que, como um intelectual, não escrevia sem uma finalidade: “o escritor engajado não faria arte, concebida como algo universal e atemporal, mas sim textos que, por não privilegiarem a dimensão estética, estariam rapidamente fadados ao esquecimento, pois não teriam nada a comunicar as gerações futuras” (FACINA, 2004, p.10). A finalidade de Lacerda nas produções literárias publicadas a partir de 1964 giravam em torno da defesa da sua candidatura ou do seu apoio ao Golpe Civil-Militar dado em 1964, fazendo crer, portanto, que a literatura lacerdista era um

veículo de exposição política, de memórias pessoais. Seu intuito era alcançar o cargo mais alto da política brasileira: a presidência da república. Os textos aqui discorridos demonstram e realçam ainda mais esse desejo que já estava embutido na vida dele a bastante tempo.

A primeira obra aqui analisada⁶ traz consigo indícios de que o ano de 1964 seria muito longo, e para Lacerda mais ainda. Ele era o governador da Guanabara quando participou do golpe de 1964. Apoiou o golpe, acreditando que a permanência dos militares no poder seria breve e que as eleições do ano seguinte estariam asseguradas. Liderou, em São Paulo, a Marcha da Família com Deus para a Liberdade, com o objetivo de estimular o sentimento anticomunista. Lançou sua candidatura, pela UDN, à presidência da República. Porém, logo após que o golpe foi dado, em abril de 1964, foi enviado para missões fora do Brasil⁷, com o principal objetivo de explicar o que estava acontecendo na política brasileira.

Mas, antes disso, Lacerda havia viajado para os Estados Unidos, em 1963. Como governador da Guanabara, seu último cargo eletivo, havia proposto uma ampla mudança administrativa e já havia sido acusado por seus adversários de “Governador mata-mendigos”⁸, e, em 1963, uma Comissão Parlamentar de Inquérito é aberta para apurar as acusações da oposição. Lacerda recusou-se a depor e os opositores pediram seu *impeachment*; a solicitação foi arquivada por “falta de bases concretas para a acusação”. Sua ida aos EUA foi memorizada na obra *Uma Rosa é uma rosa é uma rosa*, de 1965, em que Lacerda faz um relato sobre a arte de governar, além de detalhar seu encontro com o Presidente dos EUA John F. Kennedy⁹, sua admiração por Gaule¹⁰ e por Winston Churchill¹¹. No encontro com Kennedy, Lacerda tinha como um dos objetivos denegrir a imagem do atual presidente do Brasil, João Goulart. Sabendo que ficaria pouco tempo na presença do presidente dos EUA, preparou um curto memorando de cinco itens, no qual havia concentrado alguns pontos de vista

336

⁶ Obra: *Uma Rosa é uma rosa é uma rosa*, publica em 1965.

⁷ Lacerda afirmou isso em uma entrevista dada à rádio Europa: “realmente, recebi do meu Presidente a missão de representá-lo e de explicar aos governos das nações europeias seus planos, seu programa e seus objetivos. Irei à Alemanha (...) Londres depois à América do Norte, onde fui convidado a proferir conferências em organizações culturais e para líderes trabalhistas da Organização Interamericana dos Trabalhadores.

⁸ Lacerda adquiriu a fama de “Governador Mata-Mendigos”. Esse caso ficou conhecido internacionalmente. As denúncias acabaram sendo arquivadas por falta de provas que mantivesse essas acusações.

⁹ Kennedy foi uma das grandes personalidades do século XX, o segundo presidente mais jovem dos EUA. Eleito em 1960, chegou a governar o país até o seu assassinato que, de acordo com Lacerda, foi feito pelo “comunismo” em 1963.

¹⁰ Gaule foi presidente da França durante dez anos (1959-1969), além da liderança na Forças Francesas Livres durante a Segunda Guerra Mundial. Ele esteve no Brasil, um pouco antes do Golpe Militar. Lacerda tinha grande admiração pelo ex-presidente francês: “esse homem cheio de defeitos é um grande homem, um dos maiores do nosso tempo, dos maiores que a França teve até hoje”.

¹¹ Winston Churchill também teve participação fundamental na Segunda Guerra Mundial, assim como o Gaule. Era primeiro ministro do Reino Unido, conservador e liberal econômico. Amplamente considerado como um dos homens mais significativos da História do Reino Unido e uma das figuras mais importantes do século XX, porque desempenhou um papel fundamental no combate ao fascismo europeu.

sobre o interesse do Brasil em relação ao programa da *Aliança para o Progresso*, ou seja, a aliança entre os EUA e o Brasil, e sua posição em defesa de princípios fundamentais.

Lacerda afirmou que, ao entregar o memorando, “ele tirou o papel, rapidamente percorreu o texto [...] e passou a comentá-lo, ponto a ponto, como se tivesse decorado” (LACERDA, 1965, p.46). A conversa fluiu em torno dos problemas enfrentados pelo Brasil, e Kennedy chegou a dizer que “não podemos resolver todos os problemas de uma nação grande como Brasil. No passado procuramos proporcionar ao Brasil créditos vultuosos para atender à situação grave de então, logo que o Presidente Quadros tomou posse, acho que não faltamos a esse dever” (LACERDA, 1965, p.47); a ajuda havia sido concretizada. Depois iniciaram uma conversa sobre educação, em que ambos concordavam que era necessária uma melhoria na educação do Brasil, e que o problema não era a falta de dinheiro e sim a não compreensão da urgência dessa questão. Posteriormente, há um trecho no qual Kennedy, supostamente, defendia a necessidade de iniciar as privatizações: “é preciso que todos, aqui e lá, fiquem convencidos da necessidade de dar lugar à iniciativa privada” (LACERDA, 1965, p.49), concordando, portanto, com as ideias de Lacerda, de fazer distinção entre empresas de serviços públicos e empreendimentos de capital privado propriamente dito.

Lacerda, aproveitando desse “título” de governador, afirmou ao presidente dos EUA, sem presunção, que tinha certeza de que a população em geral confiava mais nele agora do que quando o elegeu, e ele conseguia comprovar isso com as idas às favelas de Guanabara: “a população dessas favelas vinha cordialmente nos abraçar e confiantemente conversar conosco, o que nem sempre acontecera antes” (LACERDA, 1965, p.56). Essa autoconfiança aumentou, de acordo com ele, após a sua dedicação aos mais oprimidos. Construiu escolas, “derrotou o comunismo” e fez projetos para a integração dessas favelas na sociedade carioca, contradizendo os inúmeros escândalos que lhe foram atribuídos, como as supostas mortes de mendigos que habitavam as regiões centrais de Guanabara, além dos inquéritos que exigiam o *impeachment* do seu mandato.

Em relação ao presidente francês, Charles De Gaulle, era uma figura política que Lacerda tinha grande estima. Talvez por ambos não terem muita admiração do povo. Lacerda acreditava que da mesma forma que foram feitas injustiças contra ele, fizeram contra Gaulle: “poucos homens, em nosso tempo, deram tamanha medida de sua grandeza, poucas vezes alguém foi tão grande, quase à altura do seu tempo. Mas sem esperar que os outros reconheçam ele mesmo proclama: Eu sou a França!” (LACERDA, 1965, p.104). De acordo com Lacerda, Gaulle havia recuperado a “honra” da França quando ela estava “desonrada”; ele era um “personagem histórico”.

No apogeu do seu prestígio, Lacerda analisou o governo de Gaulle, dizendo que ele havia implantado na França o que ele chama de ditadura disfarçada, e utiliza a seguinte metáfora para desenhá-la: “o mais novo prato da cozinha política

francesa: supremo de monarquia com molho de república” (LACERDA, 1965, p.106). Lacerda também expôs que a ida de Gaulle ao Brasil foi preparada da pior maneira, pois nenhum problema pendente entre a França e o Brasil foi discutido e resolvido. Talvez seja por isso que o francês tenha saído do nosso país com uma péssima impressão. Muitos criticaram o presidente francês e alguns passaram a censurar todos os franceses, a tentar contradizê-los e a questioná-los sobre o que pensavam do Brasil.

Havia, porém, um reconhecimento geral por parte da maioria da população brasileira de certos absurdos que ocorriam no país em relação ao seu ambiente político, aos casos de corrupção, aos problemas na formação educacional, ao direcionamento dos gastos públicos e à atuação nas relações exteriores, que revelavam factualmente a falta de seriedade brasileira. Logo, a França gaullista não estava tendo a melhor postura possível com o Brasil naquele momento. Lacerda manifestou, ao publicar esse artigo na *Manchete*, em 1964, ainda com muita esperança de que Gaulle pudesse ajudar o Brasil de alguma maneira, independentemente de qualquer coisa.

Próximo ao Golpe de 1964, Lacerda escreveu a obra *Palavras e ação*, publicada em 1965, na qual ele fez reflexões dos reais motivos que levaram a essa ação civil-militar. Ele explica que esse movimento foi gerado e deflagrado pelas forças armadas do Brasil e que os governadores democratas, incluindo ele, apenas apoiaram esse levante. O povo também estava cansado, havia chegado o “tempo da nitidez e da definição, porque o povo mudou e vem em nossa direção [...] o povo já não quer demagogos que os enganam e sim líderes que o ajudem a construir a nação com a verdade e a liberdade responsável, o trabalho e a honradez dos limpos e sinceros” (LACERDA, 1965, p.16).

De acordo com Lacerda, a ideia da “revolução”, assim chamada por ele e outros ativantes da época, tem origens distantes e não nasceu em abril de 1964: “A revolução vem de Ruy Barbosa e do Brigadeiro, ela vem da legislação social de 1930 e da queda da ditadura” (LACERDA, 1965, p.16). Para ela acontecer, foi necessário ter um governo revolucionário, um governo comprometido com seus objetivos: “A revolução exige uma política de transformação do Brasil. Essa transformação não pode ser apenas nos fins, mas igualmente nos meios, no estilo e até nos personagens” (LACERDA, 1965, p.19).

A população estava assustada, pois um presidente eleito por uma maioria dos votos, Jânio Quadros, havia renunciado. Lacerda contou ao presidente Kennedy que não sabia as repercussões reais do povo. Sua primeira impressão não foi boa: “acredito que o próprio Jânio Quadros tenha tido certa decepção com o seu discurso” (LACERDA, 1965, p.54). Seu vice, João Goulart, “um aventureiro, profeta e propagandista de uma democracia que nunca praticou” (LACERDA, 1965, p.110), com agentes cubanos e tchecos a seu lado, além de Lionel Brizola, conseguindo assumir a presidência do Brasil. Lacerda considerava a posse de João Goulart um perigo para a segurança nacional, mesmo que, para isso, se deixasse de ter um governo

presidencialista e que passaria a ser parlamentarista. Afinal, ele escolhia seus ministros e planejava voltar o país ao presidencialismo. Durante três anos, o Brasil mergulhou em uma sequência de “enganos, embustes, equívocos” (LACERDA, 1965, p.111):

Pois bem, João Goulart desenvolveu no Brasil uma campanha terrível, que custou rios de dinheiro, dinheiro da Petrobras, dinheiro dos institutos, dinheiro dos trabalhadores, arrancados ao seu magro salário, que a inflação devora, dinheiro arrancado pelo Sr. Hugo Faria, um dos sócios do Sr. João Goulart, e que havia sido, diga-se de passagem, nomeado anteontem para o Banco do Brasil, dinheiro arrancado pelo Sr. Hugo de Faria à indústria, aos magnatas da indústria, que o Sr. João Goulart amaldiçoava de dia e afagava de tarde. (LACERDA, 1965, p.112)

Lacerda também incriminou Goulart, afirmando que ele era corrupto: “logo ele, que tanto queria uma reforma agrária, era o maior latifundiário do Brasil” (LACERDA, 1965, p. 112). De acordo com ele, em pouco menos de três anos de governo, ele havia comprado 560.000 hectares de terra, que equivalia a quatro vezes a área do Estado de Guanabara, onde morava mais de quatro milhões de brasileiros, além das fortunas em dinheiro, que saía da do Palácio direto para sua casa e para o PCB (LACERDA, 1965, p.113).

O maior problema, na visão de Lacerda, era que as reformas passaram a ser o pretexto de Goulart para não governar: “não fazia escolas porque não tinha reforma agrária, não fazia hospitais, porque não tinha reforma agrária” (Lacerda, 1965, p.114), e assim por diante. E pior: a reforma agrária era só um pretexto, porque, na verdade, ele queria era uma reforma na Constituição, ou melhor, ele não queria que o país tivesse uma Constituição. Ou se tivesse, seria feita pelos “pelegos, redigida pelos pelegos, em Constituinte eleita pelo dinheiro dos Institutos, pelo dinheiro da Petrobrás” (LACERDA, 1965, p.117). O país, de acordo com Lacerda, era “puro escândalo”.

O que se percebe é que Lacerda procurava repetitivamente enfatizar que ele era, sem dúvida alguma, a melhor opção para o país, denunciando as práticas de corrupção, como fez a João Goulart, ou apelando para o trabalhador brasileiro. Ele declarava-se a favor da Reforma Agrária, o que contradiz suas próximas críticas a várias assistências sociais incrementadas pelo governo, que, para ele, seriam “benéficas para poucos e prejuízos para muitos” (LACERDA, 1965, p.54). O que é possível concluir é que um governo que não possui um tipo de assistência social seria um governo de caráter elitista. Seu possível mandato seria, de fato, exclusivamente elitizado:

ela aumentaria a produtividade do Brasil, melhora o padrão de vida dos trabalhadores, a estabilidade e a tranquilidade. A justiça social se atinge pelo melhor uso da terra e pela adequada distribuição e consumo dos seus produtos. Não pela utópica transformação de todos os brasileiros em pequenos proprietários de chácaras e quintas - uma boa revista, e não uma forma. São devaneios assim que fazem as panaceias e criam as desilusões que levam o povo brasileiro ao desespero. (LACERDA,1965, p.29)

Ele era capaz, ainda, de escrever sobre redefinições de salários, pois dizia que era necessária uma “política de salários justos e não injusta”. Declarava que o povo não pode passar fome até que a moeda seja salva: “o povo não é cavalo-do-ínglês que morreu quando já se ia habituando a jejuar” (LACERDA, 1965, p.54). E, para finalizar suas bajulações, ele concluiu que “o homem é o principal fator econômico e, portanto, o principal instrumento de transformação nacional (LACERDA, 1965, p.30).

Para ele, João Goulart, com a ajuda de terceiros (o apoio de Brizola), fez no Brasil uma campanha intensa para a reforma constitucional. De acordo com Lacerda, ele havia falado que “ou reformam a Constituição, ou haverá sangue no Brasil”:

Ei o que João Goulart queria: ou o poder absoluto ou o sangue no Brasil. Graças a Deus, não teve nem poder absoluto, nem sangue no Brasil. É por isso que não se pode jogar fora, que não se deve desperdiçar, que não se deve perder um minuto da beleza deste movimento. Os riscos que corremos todos aqui, e em muitas partes do Brasil, são nada, diante dos riscos que esta nação correu, e que não queremos que ela corra mais (LACERDA, 1965, p.125)

Lacerda acreditava verdadeiramente que o Golpe tinha livrado o país da tirania e principalmente do comunismo. Para efetuar a “Revolução”, para ele foi necessário ter um nome para assumir a presidência. Precisava ser alguém que reunia em torno de si “respeito público, seriedade, respeito nacional e até internacional” (LACERDA, 1965, p.126). Depois que esse homem, que vinha sem ambição para continuar a vida pública, organizasse o Brasil, e não para agradar o povo, era necessário ter novas eleições. Portanto, não era a hora de misturar as situações: “não maculemos a beleza desse instante, o espetáculo de nossas ambições pessoais” (LACERDA, 1965, p.127). Na opinião de Lacerda, Castello Branco foi uma excelente escolha. Todos haviam deixado suas cobiças de lado para um bem maior, salvar o Brasil.

O Golpe precisava ser eficiente em um prazo muito curto. Afinal, em 1965, haveria eleições e Lacerda era o candidato oficial da UDN. De acordo com ele, a “Revolução” não poderia correr o risco de virar uma ditadura, como no caso de 1937, como fez Getúlio Vargas. Nesse período, Lacerda, ainda muito jovem, estava em uma intensa campanha pela candidatura de José Américo¹² e contra o governo paulista de Armando de Sales Oliveira. Quando estava para ocorrer o golpe de 1937, Lacerda viajou à Bahia para fugir da polícia devido ao seu envolvimento com o comunismo¹³;

¹² José Américo de Almeida, então ministro do Tribunal de Contas da União – indicado ao cargo pelo presidente Getúlio Vargas – e profundo conhecedor dos bastidores da política brasileira, rompeu com o silêncio imposto pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A censura prévia do Estado Novo foi, naquele momento, quebrada por um ministro do próprio governo. Menos de um mês depois da publicação, Vargas decreta anistia geral para todos os condenados por crimes políticos desde 1934. E, em seguida, permitiu a fundação de partidos políticos banidos desde 1937, convocou eleições gerais e diretas para os Poderes Executivo e Legislativo, a serem realizadas em dezembro de 1945.

¹³ Lacerda afirma, em uma entrevista dada para a rádio Europa, que “sempre me chamaram de comunista, e eu nunca fui membro do Partido Comunista, e sim, como todo mundo não fascista, em um determinado momento, simpatizante do comunismo. Não me arrependo de ter sido um simpatizante, aprendi muito com os comunistas e, ainda hoje, emprego contra eles práticas que eles me ensinaram”.

ele afirma que era um “simpatizante, com ar de militante” (LACERDA, 1964, p. 11). Acreditava que o comunismo era a solução para os problemas daquele tempo. Mas foi ali, naquele momento, depois de ser preso em 1937, quando teve a oportunidade de começar a escrever para o *Observador Econômico e Financeiro*, em 1939, já casado e mais “maduro”, que ele percebeu o “charlatanismo” do Comunismo, e ele desabafa na obra *Desafio e Promessa: o Rio São Francisco* (1964) que “detestava o Comunismo exatamente pelo seu charlatanismo e pela sua falsa segurança na apresentação de fórmulas infalíveis para resolver os problemas e promover a justiça” (LACERDA, 1964, p.12), e afirmava isso com total segurança, depois de anos de estudos e aprendizados que a própria vida lhe deu.

Sua oposição se estendeu ao governo JK. Em 1956, Lacerda escreveu um artigo para o *Tribuna da Imprensa* e que foi publicado na obra *Uma rosa, é uma rosa, é uma rosa, é uma rosa* (1965), em que ele demonstrou sua indignação em relação ao governo do presidente Juscelino Kubitschek, principalmente por estar proibido de se manifestar na televisão, e sobre a fiscalização que existia nas publicações dos jornais, até mesmo no seu jornal, o *Tribuna da Imprensa*.

Ele confessava que estava triste: “as alegrias são pouco exigentes, mas a melancolia é um agente poderoso de improvisações, capaz de criações extraordinárias” (Lacerda, 1965, p.30). e preocupado com o destino da tal “construção misteriosa, desse Brasil das improvisações geniais e das fugazes iluminações” (LACERDA, 1965, p. 31). O que mais lhe revoltava era que a geração que governa o Brasil era aquela que tinha sido comunista e fascista: “E agora, o Brasil, estava nas mãos desses fajutos”.

Além da preocupação em difamar os governos democráticos da época, Lacerda, na obra *Ideias Políticas: Brasil entre a verdade e a mentira* (1965), preocupou-se em defender a sua candidatura:

A minha candidatura está sendo alvejada pelo silêncio e pelos ataques mais desleais. Inventa-se o que eu não disse, deforma-se o que eu digo, não se divulga o que realmente disse (LACERDA, 1965, p.9)

Dentro do exemplar titulado: *Ideias Políticas: Brasil entre a verdade e a mentira*, publicado pela primeira vez em 1965, Lacerda publicou duas cartas abertas escritas ao presidente Castello Branco. Desacreditado com o governo, ele utilizou o prefácio em defesa pessoal, afirmando que os insultos e difamações contra ele não importavam, pois a única coisa com que ele preocupava era com o povo: “pois meu aliado é o povo, meu instrumento é a opinião pública, minha ferramenta, a exposição dos fatos e a argumentação lógica” (Lacerda, 1965, p.13). Ele afirmava que queria a nação tranquila, nem que, para isso, tivesse que denunciar o novo risco que corria o povo brasileiro, afinal “que adianta estar em paz comigo mesmo, por haver advertido e alertado, se o povo não estiver em paz, por ter sido enganado ou traído?” (LACERDA, 1965, p.14). Lacerda finalizou o prefácio afirmando que ainda restava uma esperança, a de que os líderes responsáveis pela “Revolução” tivessem mais patriotismo do que o amor-próprio, pois só assim o Brasil avançaria.

A primeira carta foi entregue a Castello Branco em 17 de maio de 1965. Lacerda teve como principal objetivo entregar o programa econômico financeiro do governo, programa esse que iria restaurar a economia do país. Ele considerava muito grave a situação econômica do Brasil:

[...] Mais grave, hoje, do que na véspera da Revolução. Pois então todos tinham certeza de que aquela situação ia acabar. Hoje, sabemos que ou se acabar com esse “plano” ou esse “plano” acaba com a Revolução e coloca o país num dilema insuportável: restauração ou ditadura. (LACERDA, 1965, p.18)

O plano de Lacerda iria “planificar sem estatística e sem ditadura”. O que estava acontecendo era que a proposta da tomada do governo pelos militares, que era “a ideia de utilizar a força positiva, a recuperação da confiança através de um governo que a inspire com a cessação do processo subversivo e corruptor, que devorava as energias da Nação” (LACERDA, 1965, p.21), estava sendo distorcida; o Programa de Ação Econômica do Governo para 1964/66, o PAEG, também não estava funcionando. Dessa forma, Lacerda não lhe escreveu para propor um novo plano, e sim para ajudar o governo a ter um novo rumo para a política econômica. Ele afirma que tinha total interesse no êxito do governo Castello Branco, pois se orgulhava de como o governo havia surgido e como isso poderia beneficiar as eleições do ano seguinte. Ele acreditava que o Brasil precisava disso.

Lacerda explicou que a “Revolução” não teve nenhum compromisso com qualquer “plano econômico ou doutrina escolástica” (LACERDA, 1965, p.21). E ele também não tinha. Preferiu absorver o que ele acreditava ser melhor em cada corrente e juntá-las com a práticas para, então, colocá-las em ação: “Tratava-se de adotar um oportunismo econômico capaz de aproveitar os fatores favoráveis que sujam e não sofrer, por sua rigidez, o desgaste dos fatores contrários” (LACERDA, 1965, p.24).

Ele ainda afirma que a inflação não estava sendo combatida e que a economia era praticamente toda controlada pelo Estado. Lacerda acreditava que a planificação da economia era incompatível com uma sociedade democrática, baseada na livre empresa e, portanto, era preciso mudar rapidamente. Nem mesmo a SUNAB¹⁴ influenciou tanto na formação dos preços, das concessões ou não de créditos, de controle da produção e comércio como o que estava acontecendo no PAEG. Os preços estavam altíssimos e a consequência disso era a queda do consumo de artigos básicos, a diminuição da compra de gêneros alimentícios, remédios e de consumo perecíveis e duráveis. Portanto, de acordo com Lacerda, se a diminuição do padrão de vida do povo fosse a meta da “Revolução”, poderia dizer que ela já havia sido atingida, embora nenhuma política econômica esteja certa quando não abrange o ser humano.

¹⁴ A Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab) foi um órgão do governo federal do Brasil criado em 1962 pelo presidente João Goulart e extinta em 1997, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso.

Para ele, nem sempre os planos econômicos brasileiros falharam. O de Campos Salles e Murtinho e do governo provisório da República e seu ministro da Fazenda Rui Barbosa foram de homens que acreditavam no desenvolvimento do Brasil:

Rui teve a intuição genial do sopro de produção que poderia ter feito o Brasil dar um salto com a República, enquanto Murtinho, no Governo Campos Salles, aplicou a política que, no afã de liquidar os excessos do encilhamento, por timidez acadêmica, reduziu o desenvolvimento brasileiro nos primeiros anos deste século, a alguns investimentos muito aquém de nossas possibilidades e necessidades. (LACERDA, 1965, p.29-30)

Diferentemente, os planos econômicos de JK e João Goulart foram equívocos para o país. Os mesmos dirigentes fizeram o PAEG, que só funcionaria, segundo Lacerda, se fosse aplicado em uma ditadura, o que não era o desejo deles, afinal. Era essencial não agravar a estatização da economia. Lacerda tinha a concepção de que a economia que estava vigorando só poderia ser chamada de economia fascista, “pois esta não é nem liberal nem socialista, mantém a iniciativa privada, mas pune o lucro e confisca o salário, amplia a área estatizada e não lhe dá, sequer, condições de eficiência” (LACERDA, 1965, p. 43), e o que precisava ser feito era exatamente o contrário: seguir o caminho da desestatização de todos os setores, não se justificando o domínio do Estado.

De acordo com Lacerda, mesmo se essa mudança fosse iniciada, quando ele fosse eleito, em 1965, haveria inflações, e sua luta seria contra ela. Ao fazer uma análise do PAEG na obra *Ideias Políticas: Brasil entre a verdade e a mentira* (1965), Lacerda realizou apenas críticas a esse sistema econômico, acreditando que nada estava sendo cumprido e tudo estava dando errado, ou seja, “esse programa só dá efeitos negativos”. Entretanto, ele afirmou que o objetivo não era dizer que estava tudo errado, que não havia solução e nem muito menos assustar o povo brasileiro. A alternativa era um novo modelo econômico, e, como a única preocupação dele era com o povo brasileiro, ele tinha coragem de pronunciar para todos ouvirem que não estava dando certo:

Candidato eu já era, e não de mim mesmo, antes da Revolução. Se fosse um ambicioso, não precisaria tanto sacrifício para saciar ambições. Também sei ser hábil. Mas, o problema do Brasil não é de habilidade, é de coragem. Está faltando coragem para dizer ao Presidente e à nação o que somente alguns ainda não compreenderam: esse “Programa de ação”, errado na concepção, não está sendo cumprido, nem poderá ser porque é um amontoado de contradições. Nele até se encontram coisas certas. Mas com ele não teremos nem vitória nas eleições, nem eleições, nem governo de Revolução, nem governo, nem Revolução. Vamos perder a liberdade por causa dele, quer pela necessidade de obstinadamente impô-lo - o que obrigará à ditadura - quer pela necessidade de livrar-se tardiamente dele - o que também poderá levar à ditadura. Com ele teremos crise e desunião. Alguns liberais o apoiam ainda porque ele se exprime em língua liberam, veste roupa de liberal. Mas na prática, é estatizante sem ser socialista, esse programa é a planificação da leviandade. (LACERDA, 1965, p. 51)

Lacerda utilizou a obra para pronunciar sua desilusão com o governo, repetidamente e em forma de vitimização, acreditando estar sofrendo incompreensões e diversos insultos. Ele reuniu 11 pontos que comprovam suas críticas, justamente para ser compreendido e ninguém duvidar do que ele estava dizendo. Fazia questão de mencioná-los anteriormente às propostas, que seria uma alternativa, um novo plano econômico.

Incessantemente, defendeu o Golpe Militar, argumentando que era a ajuda que o Brasil precisava, e se não fossem feitas as mudanças apontadas por ele, não valeria de nada o esforço criado pelos militares e apoiadores de 1964. Além da reforma no PAEG, ele explanou algumas medidas emergenciais, como a revisão dos impostos: “a mobilização pelo governo da iniciativa privada que não consegue sem lhe inspirar confiança e sem confiar nela” (LACERDA, 1965, p.58); o esvaziamento de órgãos, como o Instituto Brasileiro do Café¹⁵, que eram, na opinião de Lacerda, órgãos inúteis que davam muito prejuízo ao governo, além da preocupação com a alta taxa de desemprego (70 mil desempregados só em São Paulo):

[...] lidemos com o que existe, trabalhemos a matéria viva. Tenhamos a grandeza de parecer que somos medíocres. Tenhamos a vaidade de ser humildes diante da realidade. A realidade já condenou um programa que se condenou a si mesmo, pois, salvo, em pormenores irrelevantes, não atingiu nenhum dos objetivos que se propôs, e restaura o tumulto, o desalento, os inequívocos sinais do desespero, véspera da volta de tudo aquilo contra que, juntos, lutamos, de tudo aquilo que se junta para lutar contra nós. Minha palavra é de otimismo. O que nos falta não é um plano. O que nos tem faltado é coragem de dizer que ele afundou, ainda a tempo de pormos em lugar de um “plano” que se destruiu a si mesmo, antes que ele destruía a revolução, o esforço conjugado de todos os brasileiros, em favor do Brasil. (LACERDA, 1965, p.62)

Capta-se, na leitura da obra *Ideias Políticas: Brasil entre a verdade e a mentira* (1965), que Lacerda, meticulosamente, depreciava o Golpe, sabendo da possibilidade da extensão do governo Castello Branco. Pensa-se que, de fato, ele tinha receio do que lhe poderia acontecer: exílio, prisões e torturas, ou até mesmo a cassação dos seus

¹⁵ “Durante o segundo governo Vargas (1951-1954), foi criado o Instituto Brasileiro do Café (IBC) por meio da Lei nº 1.779, de 22 de dezembro de 1952. O novo organismo foi originado para executar toda a política econômica do produto, correspondendo a um novo espírito de intervenção. Para Antônio Delfim Neto, “ao contrário do que ocorrera anteriormente, a defesa praticada [a partir da criação do IBC] se fez em nome da manutenção de um nível mínimo de receita de divisas, necessárias para assegurar o desenvolvimento da industrialização no país”. Competia ao IBC realizar a política cafeeira tanto em âmbito nacional quanto internacional. Suas atribuições incluíam a promoção de pesquisas e experimentações no campo da agronomia e da tecnologia do café, a fim de baratear seu custo e aumentar a produção por cafeeiro; a radicação do cafeeiro em zonas ecológica e economicamente mais favoráveis à produção; a defesa de um preço justo para o produtor, condicionado à concorrência da produção alienígena e dos artigos congêneres; e a realização de pesquisas e estudos econômicos para um melhor conhecimento dos mercados consumidores de café e de seus sucedâneos, objetivando a regularidade das vendas e a conquista de novos mercados”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-brasileiro-do-cafe-ibc>.

direitos. Portanto, seguiu evitando qualquer atrito diretamente com os militares, e continuou suas sugestões, ainda para o PAEG, que foi resumido em 8 argumentos, exemplificados através do “milagre alemão” (LACERDA, 1965, p. 71). Acreditar que a economia brasileira poderia ser equiparada à restauração feita na Europa após o período de Guerra era uma utopia. São localidades e situações distintas.

Já na metade da obra, há a cópia da segunda carta enviada ao presidente Castello Branco no dia 25 de maio de 1965. Ele inicia a epístola lembrando da primeira carta, que foi dedicada a alternativas, ou melhor, a soluções viáveis para o plano econômico vigente no governo, o PAEG, além de outras solicitações. Agora, escreve para contar sua decepção com algumas críticas feitas a ele em cadeia nacional de rádio e TV. De acordo com Lacerda, apesar das ironias, desaforos e infâmias feitas pelo Ministro da Justiça e o Ministro do Planejamento contra a sua vida pública, ele já estava acostumado e que o maior problema era que nenhum esforço havia sido feito para, pelo menos, analisar as propostas de melhoria do Brasil, e principalmente dar nova chance ao povo brasileiro. Ele acreditava que “a alternativa ofende, precisamente porque cria para o responsável imediato a desagradável situação de ter de dar uma explicação para uma política que não tem explicação” (LACERDA, 1965, p.71).

Ele deu sequência a seu depoimento, agora utilizando-se da carta para desabafar. Primeiramente, ele acreditava ter sido injustiçado em seu governo Guanabara, “o truque de dividir a carga tributária na Guanabara pelo número de habitantes e, assim, apresentá-la como excessiva [...] a mentira de apresentar como estatística empresas estaduais totalmente dedicadas a fomentar a iniciativa privada, como a COPEG [...]” (LACERDA, 1965, p.71), ou a covardia da falsa ideia de atribuir o crime de ter contribuído para o suicídio do ex-presidente Getúlio Vargas, “que não podendo acusar as Forças Armadas, atribuem a mim” (LACERDA, 1965, p.72), ou ainda parte da culpa da renúncia do ex-presidente Jânio Quadros, e pela intensa oposição realizada ao governo do ex-presidente Juscelino Kubitschek.

Vitimizando-se, Lacerda descreve a “fofoca” que o envolve sobre o impedimento da vinda de capital estrangeiro, o que, na realidade, era o que o governo não havia conseguido. Em defesa ao seu nome, Lacerda promoveu uma entrevista na TV:

[...] como condição de êxito de uma política de reconstrução; que estou escorrendo de impostos o povo carioca: que vivemos, na Guanabara, da “ajuda” federal, aliás muito mais prometida do que recebida; que derrubei governos - sem cuja derrubada, feita pelas Forças Armadas com a minha modesta colaboração, não é resposta adequada. O seu ataque deveria ser feito às Forças Armadas, em última análise, a Vossa Excelência, que privou de direitos políticos esses grandes estadistas aos quais me opus, com escândalo e revolta do Ministro do Planejamento. (LACERDA, 1965, p.78)

Era comum o ato de se vitimizar, justamente para impressionar o povo brasileiro. Incessantemente ele continuava o seu apelo. Antes de finalizar a carta, ele evidencia novamente a sua disposição em ajudar o governo, afirmando que a sua

aflição era real e sincera. Audaciosamente, ele afirma ao presidente Castello Branco que “[...] a Vossa Excelência é testemunha do meu desinteresse pessoal, da sinceridade dos meus propósitos, que nem os meus adversários mais ferrenhos negaram, a não ser alguns mais odientos [...] afinal não tenho nenhum problema pessoal acima do interesse do povo” (LACERDA, 1965, p. 82), e diz ainda que as duas cartas eram as maiores provas da sua confiança e apoio ao seu governo.

Isso tudo era paradoxal, já que Lacerda estava prestes a lançar sua candidatura à presidência da República, como pode ser comprovado em um dos últimos trechos da obra:

Como candidato, o meu interesse é calar e esperar. Se der certo, associar-me ao êxito. Se der errado, cobrar a minha advertência. Não é, pois, por ser candidato que lhe faço apelos. Nem por orgulho, pois tenho sofrido suficientes humilhações e não me importam nada. É por amor a este país e a convicção de que podemos ajudá-lo melhor juntos do que intrigados e separados. (LACERDA, 1965, p.95)

Essa preocupação contínua de reafirmação - que ele não sustentou o tempo todo, de que o “nosso amor ao Brasil deve ser maior do que o amor próprio” (LACERDA, 1965, p. 88), ou que a ideia não era apontar dedos para o governo e sim criar alternativas para ajudá-lo, fazia-o inseguro, e não era para menos: sua candidatura estava ameaçada e ele sabia disso. Finalizava a carta ressaltando que era tempo de reunir os companheiros da “Revolução” e examinar, com eles, de “alma aberta”, o que estava errado e o que estava certo. As críticas não visavam a ferir ninguém e nem a defender, o que interessava unicamente era o povo brasileiro.

Em resumo, o ano de 1964, foi o ano do Golpe Militar, da deposição do presidente João Goulart e do fim da esperança de Lacerda em ser eleito no final de 1965. Os próximos anos seriam difíceis, ser “traído” pelos “revolucionários” e parceiros vai lhe causar muita angústia e problemas. Sua vida teve inúmeras reviravoltas que, analisadas uma por uma, permite concluir que ter seus direitos políticos suspensos levaria a sua morte. Lacerda sofreu um infarto, logo após ser internado às pressas na cidade do Rio de Janeiro, onde vivia com sua família, e acabou falecendo em 1977.

Uma das suas últimas obras, *Em vez*, publicada dois anos antes da sua morte, possui várias passagens nas quais ele faz menções à liberdade. Sempre metaforizando a questão de ele não poder mais exercer a sua liberdade como cidadão, político, e mais, não poder expor suas opiniões, já que a Ditadura Militar tinha um sistema de censura muito eficaz, que fazia com que qualquer pessoa temesse as medidas de repressão:

A liberdade não é um bem que se adquire ou se aluga e, portanto, se pode alienar ou dispensar. É um atributo do homem, uma qualidade inseparável de sua natureza. Sem ela, a criatura não é mais humana, é uma besta como outra qualquer, e até mais do que outras que não trocam a liberdade por nenhuma razão balanceada. E não podendo livrar-se do freio, manifestam pelo coice o seu inconformismo. [...] Toda ditadura conduz necessariamente ao mais esterilizante

materialismo, e é por isso que toda ditadura precisa inventar um sucedâneo da fé, no culto do Chefe ou da nação, ou do Patriotismo o mais vulgar, o mais tolo, o mais tacanho, o mais estúpido - esse que faz da pátria um ídolo que exige vítimas ou uma vítima que exige ídolos. (LACERDA, 1975, p.92)

No *Cão Negro*, era muito comum também Lacerda fazer suas lamentações em terceira pessoa, caracterizando sua posição de vítima em várias situações, por exemplo, no trecho da obra, publicada pela primeira vez em 1971:

O jovem pagará muito caro a sua boa-fé, a confiança que tivera nos bons propósitos, nas declarações de confiança. Sua vida não se destruirá porque ainda tinha reservas de juventude, vale dizer, de generosidade para não se envenenar e não morrer do próprio veneno, como tantos da sua geração, empurrados, pelas decepções e as traições, aos mais trágicos destinos, aos rumos mais grotescos. Uma vez mais, porém, e desta pelas mãos de Caim estivera próximo da destruição. (LACERDA. *Cão Negro*, 1971, p.16)

Essa “boa-fé” mencionada por Lacerda seria a sua esperança, que foi toda depositada nos militares em 1964. Sua frustração era imensa:

O esforço que sabia ter desperdiçado, a dedicação de sua vida, arriscada à toa por uma ideia traída, uma causa desnaturada, um ideal desfigurado em agora monstruoso, como um câncer no seio nu da verdade. Sentia-se leve, no entanto, pois estava livre da inveja, que durante tanto tempo o perseguira como uma espécie de maldição da inteligência. Não, a inteligência só servia para rima - e arrimo - de subserviência. (LACERDA, 1971, p.18)

347

Lacerda se identificava com Maquiavel pelas injustiças também sofridas por ele: “a arte de conquistar e usar o poder fez a fama e a infâmia de Maquiavel” (LACERDA, 1971, p.70). Lacerda, assim como Maquiavel, acreditava que “todos querem o êxito, mas não querem que se diga o preço que estão dispostos a pagar”, mesmo que esse preço fosse alto demais: ter sido preso e ter a cassação de seu mandato. Ele acreditava que “nada corrompe mais que a opressão” (LACERDA, 1971, p.78). A situação não era das melhores para Lacerda, e em suas obras não era difícil identificar essa melancolia que tanto lhe fazia mal.

Lacerda chegou a ter sinais do que hoje seria diagnosticado como depressão. E também em terceira pessoa, na obra *Cão Negro*, apelido que ele deu para a “depressão” que ele estava sofrendo¹⁶, relatou sobre esse momento difícil, “lutando, ele conseguiu ultrapassar a firmeza, a coragem, o ânimo dos demais, dos chamados normais, isto é, dos que não precisam esforçar-se para ser bravos, agressivos, firmes na luta contra o inimigo” (LACERDA, 1971, p.276). Ele ainda declarou que pouco se sabia dessa doença naquela época, que para alguns ela servia de “estímulo” e para outros ela se

¹⁶ Na página 277 da referida obra, Lacerda menciona que a depressão tinha esse nome, cão negro, e “o fato de lhe dar um apelido mostra que a depressão já lhe parecia uma companhia familiar”.

“recolhia a melancolia e uma inatividade”. Ele sabia da importância de evitar esse estado de melancolia e de tristeza.

A depressão é ainda uma doença pouco controlável e Lacerda sabia disso, por isso procurou reinventar-se várias vezes: afastou-se da vida pública, pintava, escrevia e trabalhava de pedreiro construindo muros de tijolos nas fazendas (LACERDA, 1971, p.280), mas nem sempre isso tudo funcionava. O pior, para ele, eram as pessoas quem não podiam se dar ao “luxo de parar” e tinham que viver atrelados àquele “cão”. Se já era difícil para quem se reinventava, imagina os que não tinham essa possibilidade.

Lacerda ainda retratava que a vida parecia sempre vazia, aproximando-se do fim. Sentia culpada por ter pessoas que o amavam, como a sua família, pois não se sentia merecedor de respeito e admiração (LACERDA, 1971, p.283):

Muitos depressivos só se julgam merecedores de amor quando realizam qualquer coisa que os enaltece, ou quando, por dar tanto a alguém, acham que em retribuição algo lhes é devido. A ideia de que alguém lhes possa dar amor apenas pela sua pessoa não passa pela cabeça do depressivo. (LACERDA, 1971, p.283).

São muitos os que receberam a visita do Cão Negro. Em um relato, nessa mesma obra, Lacerda expressa seus sentimentos em um dia difícil:

[...] A surpresa e o medo me cortaram toda possibilidade de comunicação. Ali estou, paralisado, atônito, enquanto o animal me inspeciona como uma presa, uma propriedade, estranho objeto achado no escuro, cujos traços característicos mais se adivinham do que se vêem. Recupero os movimentos, subo a escada sem correr, na cadência cautelosa de um medo que progressivamente se converte em pavor. Não é um cão, é uma fera surgida da noite, um inimigo que surgiu do ruço e do escuro e vem no meio encaço, sem pressa, implacável. No alto do alpendre o animal me alcança. Abro a entrada que dá para uma espécie de corredor, ou estreito vestíbulo, e liga com a cozinha. O cão procura entrar pela porta apenas entreaberta. Então sim, todo pavor, desencadeado do fundo da memória, do começo dos tempos, se apossa de mim. Bato com a porta, frenético, num susto precipitador de uma tensão que nem sei quanto durou, pois tudo isto se passou em intermináveis segundos, sob a chuva fina, na fria noite serrana. (LACERDA, 1971, p. 291-292)

O relato continua, e Lacerda descreve cada segundo desse desespero: “que será de mim?”, e ele fazia essa pergunta constantemente: “o que o cão negro pretende?”. A depressão era vencida a cada dia e Lacerda logo percebeu isso. No dia posterior a esse relato, ele acordou com as esperanças renovadas, acreditando que o cão demoraria a voltar, mas isso não aconteceu. Dessa vez, ele veio à luz do dia, e isso causou um sentimento maior de pavor.

Lacerda morreu alguns anos depois desse longo período da vida dele, em que ele teve que conviver com a depressão e com o sentimento de derrota que o perseguia desde 1965, quando houve a prorrogação do governo Castello Branco. Os “santinhos” de Lacerda para a presidência de 1965 tiveram que ser guardados, e junto com eles a

esperança que um dia reinou na vida do escritor-político e grande jornalista que tanto atuou no cenário político vigente em questão.

Seu último suspiro, escrever *A casa do meu avô*, pode ser definido como um ato de fuga para Lacerda, como se, pela primeira vez, ele fosse conseguir falar tudo aquilo que lhe causava muita agonia. Mesmo sabendo que correria o risco de ter a proibição da circulação da obra, ele não deixou de publicá-la. Além de publicá-la, não deixou de fazer uma insistência campanha de venda de sua estreia. Lacerda parecia não temer mais aqueles que estavam no poder. A obra é uma espécie de autobiografia, é uma literatura de memória¹⁷.

Refere-se, portanto, a obra mais importante de sua carreira:

O romance essencial que me prometi deixar ao mundo antes de morrermos, o mundo e eu; o legado definitivo, inapagável sinal de minha presença, de tantas experiências acumuladas para nada a não ser o prazer ocasional de me sentir vivo? Eis chegado o tempo da descida, tão esperado, tão temido (LACERDA, 1977, p.11)

A obra atinge um período ampliado, pois seus raciocínios iniciam nos anos de 1920, quando ele ainda era muito novo, um admirador das convicções comunistas, e se estende aos anos finais de sua vida, pós-golpe de 1964. Lacerda, apesar de afirmar que *A casa do meu avô* não era uma possível literatura de memória, contradiz essa ideia ao falar sobre a dificuldade de escrever memórias, ou pelo menos organizar ideais para que elas tenham nexos:

O desejo de fixar múltiplas cenas, reproduzir em várias dimensões, mais do que simples relevo, a realidade e sua essência, mais importante do que a realidade mesma. A raiz. A razão de ser. A transparência. Creio que é a mesma ânsia da pintora: os planos que se prolongam nos seus quadros e se entrecruzam para reviver num só, que entra pela tela, pelo espaço adentro. Busca de coerência, de nexos na aparente insensatez com que as coisas acontecem sem que ninguém lhes apreenda o oculto, indecifrável significado. E haverá um nexos? E será apenas aparente, a insensatez? (LACERDA, 1977, p.55-56).

Como já foi ponderado, em todo seu acervo, o político-escritor Lacerda propôs escrever propositalmente, na maioria das vezes, desafiando os políticos e a política brasileira. Comparando-a com outras obras de sua autoria, percebe-se que *A casa do meu avô* possui declarações sobre a política brasileira, permitindo-se à conclusão que o autor também a escreveu premeditadamente.

Podendo ser considerada uma autobiografia, Lacerda havia prometido escrever um “romance essencial” que, apesar do título ser poetizado, não estava em conformidade ou em harmonia perfeita com as epígrafes do livro. Por se tratar de uma obra produzida em um período bastante sugestivo de sua vida, Lacerda estava se

¹⁷ Carlos Lacerda insiste que a obra não é um livro de memória. Entretanto, não é o que se percebe durante a leitura, que contém vários lapsos de memória. Ele prefere que a obra seja relacionada a “pensamentos, palavras e obras”.

descobrimo novamente, não apenas profissionalmente (político ele não podia mais ser, devido à suspensão dos seus direitos políticos), mas também aprendendo a lidar com a depressão (seu maior problema naquele momento). Lacerda foi mudando suas concepções políticas com o passar do tempo. Mas, assim como Márcio Delgado (2010, p. 24), não é possível concordar que tais aspectos são internalizados apenas por meio da escolha racional do indivíduo; acredita-se que parte significativa dessas questões possa ser respondida através das características culturais dessa sociedade em face aos fenômenos políticos. Por isso, é necessário analisar o texto dentro dos aspectos sociais da época para não cair no anacronismo.

A depressão, como já foi observada, foi consequência de um conjunto de fatores, que começou com a decepção de Lacerda com o adiamento das eleições de 1965/66. Ele não se sentia livre e essa sensação era compreensível, já que não podia exercer nenhum cargo político. Isso o incomodou tanto, que também foi assunto para *A casa do meu avô*. Sentia-se vulnerável, e era como se seus passos estivessem “demarcados”, o que o sufocava cada dia mais:

Desde que subi a montanha ouço lá fora um pássaro de primavera cujo canto se torna muito importante porque não desperdiça gorjeios e sabe quanto é falso dizer que os pássaros são livres. Ninguém é livre a não ser, talvez as aves de rapina, mas em todo caso nem os vagalumes. Talvez as aves de rapina, mas dependem de encontrar a presa. Nunca os pássaros canoros, pois tem lugar definido no espaço; seu vôo é demarcado pela vigilância dos demais. Algo semelhante se dá até com os objetos. O automóvel, por exemplo, é tal qual esses passarinhos pousados nos fios elétricos e telefônicos, as patas metidas na conversa alheia, o corpo isolado da terra senão seria a eletrocussão desses retardatários mensageiros de florestas extintas pelo fogo e pelas escavadeiras que ocupam o espaço do homem por sua vez domado, dopado, sonado. O automóvel só anda onde fizeram a estrada, E leva entre seus vidros fechados uma carga de solidão que se amontoam. Depende da gasolina - e está de um cisco no carburador. Bem pensado, afinal livre mesmo é o ser humano. “É o único produto da evolução que conseguiu dominá-la”. Pode escolher. Ou poderia. Mas não dá à sua liberdade o tratamento que lhe deve. (LACERDA, 1977, p.12)

Ter seus passos “demarcados”, de acordo com Lacerda, era como “poder andar apenas onde havia estradas”. A solidão o acompanhava em todos os seus dias. Seus familiares declararam inúmeras vezes que ela atrapalhou até o seu sono. Lacerda dormia muito pouco, e suas obras foram escritas muita das vezes à noite, quando todos já estavam dormindo: “Anoiteceu. O passarinho já não canta. Não posso me queixar de insônia, o que já seria uma proeza intelectual dessas que ilustram os eleitos da espécie. Durmo, simplesmente, sem remorso nem cuidado. A força que habitualmente me sustenta é que já não se sustenta” (LACERDA, 1977, p.13).

A ideia de tornar o Brasil um lugar melhor, idealizado várias vezes por ele, o movia, embora tal desejo não fosse mais possível. O segundo capítulo, *De repente na pátria alheia*, clarifica ainda mais que seu desejo de chegar à presidência do Brasil já não parecia tão próximo, e que, assim como os rios, em um determinado momento,

não tem mais escolha, apenas uma direção para seguir: “Do alto do avião se vê bem como os rios inventam seus caminhos; e raramente improvisam. Seu curso caprichoso na baixada, seu festival de curvas na calma dos brejos não era bem assim na serra de onde veio; ali ele só tem um caminho para passar” (LACERDA, 1977, p.15).

A sua pátria, o Brasil, já não era mais sua. O patriotismo que ele tanto prezava, já não era mais o mesmo, e era necessário lembrar da infância para se sentir em casa: “Não é à toa que aquele escritor francês diz: o patriotismo é o que a gente lembra da infância. Minha pátria são árvores enormes. (...) Minha pátria são cheiros e sons, são core ora vivas, ora desbotadas, monólogos de melancolia logo espantada por inopinados encontros” (LACERDA, 1977, p.15).

A segunda vez que ele fala sobre essa angústia, que era não poder mais exercer seus direitos políticos, foi quase na metade do livro, no capítulo 10, *A medalha*. Diferentemente, agora ele conseguia ver uma “vantagem” em ser cassado:

Certo dia, já mais para o fim, começou a escrever memórias, amargas e incompletas. Não passou de dois ou três curtos capítulos, a lápis. Não dizem tudo o que foi, talvez apenas o que ela parecia ser. Escrever memórias não adianta, geralmente. A não ser para quem tem memórias, mas não tem prevenções. Uma das vantagens de ser “cassado” foi não ter mais que participar daquele jogo cruel das pessoas que perguntam aos políticos em campanha eleitoral: “vamos ver se se lembra: quem sou eu?”. Não, não me lembro e me deixe em paz, pelo amor de Deus. Antigamente essa pergunta só se fazia no carnaval. Mas as pessoas, então, usavam máscaras (LACERDA, 1977, p.86-87).

351

Mais uma vez, Lacerda utilizou-se de uma paródia para analisar a situação do país. O capítulo 7, *Um olhar invasor*, foi feito em formato comparativo, através de uma paródia nomeada de “A paródia do morcego”¹⁸, como a antiga obra *O menino e o palacete*, de Thies Martins Moreira¹⁹. Lacerda comparou a Ditadura Militar com as velhas manias das antigas políticas brasileiras, e isso tudo para falar das falhas dentro do sistema democrático do país, que “nós que sonhamos com um Brasil democrático, soberano e justo, voltamos a sentir o quanto ainda são fortes os tais velhos donos da nossa terra”. Nossos morcegos são quase os mesmos:

[...] Até hoje me parece que ali encontrei, rindo para mim, mas cheio de ódio nos olhos assustados, o caçula de Satanás. Bem diferente dos morcegos inocentes no morro do Mundo Novo. Junto a um pé de sapoti eu fazia vibrar um bambu sob o qual vinham bater, com um choque fofo, os morcegos cujo radar era interrompido pelo zumbido do bambu no crepúsculo, quando seus voos atrás de fruta apenas começavam, contra a tarde e o vento. Implacável na minha mão a vara zunia e os morcegos, um a um, vinham oferecer-se ao martírio como pelotões suicidas. Só

¹⁸ Denominação dada pela autora da presente pesquisa/ dissertação de mestrado: MUSSI, Fernanda. **Conservadorismo e política**: Carlos Lacerda em suas obras literárias (1964-1977), 2020.

¹⁹ Comparação feita pela autora da presente pesquisa para que fosse possível compreender a ideia exposta em questão. MUSSI, Fernanda. **Conservadorismo e política**: Carlos Lacerda em suas obras literárias (1964-1977), 2020.

mais tarde soube isso do radar. Então me parecia um sortilégio, apenas. Era bem mais simples a minha explicação. Uma relação romanesca entre o menino e o morcego, o menino com o bambu cantante, o morcego no seu holocausto. Aconselharam-me a ler, ultimamente “O menino e o Palacete”, de Thiers Martins Moreira. Lá estão os morcegos, também. Seu livro é belo. Mas nossos morcegos são quase os mesmos. Convenci-me de que o encontro do morcego como recado do demônio é um dos fatos capitais na descoberta da vida. (LACERDA, 1977, p.63)

Por fim, em três capítulos, no 17, *Tio Nun'álvares*, no 18, *Ergue a luz da tua espada* e, por último, no 19, *Uma carta*, Lacerda procurou contar a origem de sua família, contestando a genealogia que os leva a alguns nomes como Forjas, Dom Afonso, Sábio, Dom Fernando de La Cerda e ao Condestável Dom Nuno Álvares Pereira. Nesses capítulos, que pareciam se livrar das articulações políticas, Lacerda, entretanto, faz uma crítica à democracia brasileira, reescrevendo-a como “demo-aristocracia” (LACERDA, 1977, p.149), levando o leitor a entender que a democracia exercida no Brasil é elitizada, ou seja, apenas para a alta sociedade, as pessoas com sobrenomes vultosos eram as que participavam da política brasileira.

Lacerda finaliza o capítulo 19 com a carta enviada pela sua filha Maria Cristina Lacerda ao presidente Costa e Silva pedindo a sua soltura; ele, que havia dedicado a sua vida ao Brasil e à liberdade²⁰. Ironicamente, pergunta ao leitor, “com esta carta encerra-se o capítulo das genealogias. Encerra-se?” (LACERDA, 1977, p.168), e ele, como o restante do povo brasileiro, sofria com a opressão de um governo que não fazia questão de ouvir o povo, acreditando que o uso da violência e a repressão ajudaria a melhorar um país que estava em crise:

Numa espécie de improviso, quando tive de redigir minha defesa perante a Comissão da Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, queriam me entregar à Justiça Militar como traidor da pátria - compus às pressas um texto que não me ocorre por acaso: “Creio que não vivi bem o meu papel - e me penitencio. Queriam que fosse réu de alta traição? Pois devera sê-lo, que para isto aqui estamos, Sr. Presidente, ao que parece, para divertir a plateia que quer ver sangue. Cansados da *faena*, há quem grite por *las orejas y las patas* como ao fim das corridas de touros. O *apoderado* já deu suas ordens. A corneta soou, estridente, os toques da luta. A tourada vai acabar. É o minuto da verdade. De suas engalanadas butacas vertem-se clamores e *olés salerosos* salpicam o redondel, onde empalidece a claridade do dia. É uma festa de cor, Sr. Presidente, a tourada cívico-patriótica, a fantasmagoria picaresca em que estamos metidos, pálidos de espanto ainda mais do que de apreensão. (LACERDA, 1977, p.183)

Como diz Lacerda, da raça de Ícaro, quase não sobra ninguém (LACERDA, 1977, p.184). Lacerda foi um grande intelectual. Suas obras foram utilizadas para expressar toda a sua arte política. Além de suas concepções, argumentos, contradições, lutas, rebeldias, expressões. Assim, como o jornal *Tribuna da Imprensa* era um veículo

²⁰ Palavras de Maria Cristina Lacerda ao presidente Costa e Silva.

de exposição e articulações política, sua literatura também era. Entretanto, talvez por falta de tempo, ela não teve a mesma repercussão que o jornal tinha. Porém, ela alcançou o público que Lacerda desejava.

Lacerda faleceu sem conseguir voltar para a política. No dia em que ele faleceu, as capas de jornais traziam manchetes como: “A morte do homem que derrubava presidentes”²¹. Essa foi a manchete principal do jornal Diário de São Paulo no dia 22 de maio de 1977. Vários outros periódicos de importância no país se manifestaram acerca da morte do “homem que derrubava presidentes”: Carlos Frederico Werneck de Lacerda. As manchetes vinham acompanhadas de calorosos textos, que sequenciaram o motivo da morte, um infarto do miocárdio²². Informavam como a família, seus filhos e sua esposa Leticia tentaram salvá-lo, levando-o até o hospital. Logo, descreve como foi o velório: “Ao som do Hino Nacional, entoado pelos presentes”. Mais do que justo, afinal, morreu o “incansável”, adjetivo utilizado para descrevê-lo pelo jornal *Folha de Londrina*²³, jornal do Paraná, ou o “país perde um dos seus maiores vultos políticos”, descrito pelo jornal *Correio do Povo*, periódico de Porto Alegre. O *Jornal da Bahia* preferiu a manchete “A morte cala de vez a voz do grande líder Carlos Lacerda”.

²¹Jornal Diário de São Paulo, ano XLIX, nº 14.765, 22 de maio de 1977 (Jornal arquivado no setor de Obras Raras BCE/UnB). Sobre esses jornais: toda notícia que aparecia o nome do Lacerda era recortada e monitorada pela empresa **Lux Jornal**. Dessa forma, Lacerda conseguia ter esse monitoramento do seu nome, e das notícias em que ele se envolvia em todo o país. O arquivo, que inicialmente foi criado para resgatar as chamadas “obras raras”, como o próprio nome disse - obras consideradas raras - Lacerda como um assíduo leitor possuía inúmeras dessas obras. São obras valiosíssimas, por isso, foram vendidas pela sua família, já que Lacerda havia falecido há menos de duas décadas do início da organização do arquivo. A viúva Leticia, de acordo com os funcionários do arquivo, preferiu enviar todos esses documentos, cartas, recortes de jornais, fotografias, entre outras coisas, juntamente dessas obras. Os recortes, portanto, nem sempre são precisos. Alguns não há como saber o dia, ou o nome do periódico. Percebe-se, que há uma pré-seleção de tudo que há no arquivo. Provavelmente, feito pelos seus familiares, antes de ser monitorado pelos funcionários da UnB. Não há dúvida do cuidado que Carlos Lacerda obteve, para que um dia, historiadores e pesquisadores pudessem trabalhar seu nome em memória. Há mais de 60 mil documentos de enorme relevância no cenário da política brasileira do século XX.

²² A morte de Lacerda é contestada pelos seus familiares, porque ele havia morrido inesperadamente. Em uma notícia concedida à revista Istoé, no dia 04/06/2000, Cristina Lacerda, filha do ex-governador, desconfia que ele tenha sido vítima da mesma operação que teria eliminado JK e João Goulart. Os três lideravam os maiores partidos extintos pelo Golpe de 1964 e morreram quando ainda articulavam o retorno às eleições diretas, após a frustrada tentativa de montagem da Frente Ampla, de oposição ao regime militar. Jango seria o candidato do PTB, JK concorreria pelo PSD e Lacerda pela UDN. “Imagino que tenham localizado o hospital e se organizado para se infiltrar lá e matar meu pai. Assim como há suspeitas de que trocaram o remédio de Jango, há a hipótese de que tivessem acompanhado meu pai durante a doença. Ele era um homem saudável”, recorda Cristina. Carlos Heitor Cony, jornalista, amigo pessoal de Lacerda, afirmou: “Durante a madrugada, na Clínica São Vicente, localizada na parte alta da Gávea, ele fora internado com uma febre e indisposição que abateram havia cerca de uma semana. Os médicos decidiram, contra a vontade dele, fazer exames num ambiente hospitalar. Chegaram à conclusão, tarde demais, de que ele fora vítima de um quadro de septicemia. Não conseguiram diagnosticar a “porta de entrada” (CONY & LEE, Anna. **O beijo da morte**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003. p. 20).

²³*Jornal Folha de Londrina*, o jornal do Paraná, 22 de maio de 1977. (Jornal arquivado no setor de Obras Raras BCE/UnB)

E junto com ele, calou-se a sua peculiar literatura. A literatura lacerdista tem muito acrescentar na história da política brasileira. Afinal, ela foi escrita por um dos grandes nomes do conservadorismo político, com um cunho liberal, do século XX. Merece devida atenção.

Referências

ARQUIVO de Obras Raras Carlos Lacerda. Brasília: Universidade de Brasília (UDN).

DELGADO, Márcio de Paiva. As raízes do Lacerdismo: o antigetulismo de Carlos Lacerda do fim do Estado Novo à volta de Getúlio Vargas ao palácio do Catete. Artigo. **UFJF**, 2010, p.17.

DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda: vida de um lutador**. Vols. 1 e 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

FACINA, Adriana. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

LACERDA, Carlos. **A casa do meu avô**. Arquivo original. Guardada no Arquivo de Obras Raras Carlos Lacerda, 1976.

LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

LACERDA, Carlos. **Desafios e promessa: o rio São Francisco**. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1965.

LACERDA, Carlos. **Em vez**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

LACERDA, Carlos. **Ideias Políticas: Brasil entre verdade e mentira**. Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A., 1965.

LACERDA, Carlos. **O Cão Negro**. Nova Fronteira, 1977.

LACERDA, Carlos. **Palavras e ação**. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1965.

LACERDA, Carlos. **Uma Rosa é uma Rosa é uma Rosa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1965.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O demolidor de presidentes. A trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968**. São Paulo: Códex, 2002.

MUSSI, Fernanda Gallinari Sathler. **Conservadorismo e política: Carlos Lacerda em suas obras literárias (1964-1977)**. Dissertação de mestrado defendida em fevereiro/2019 na Universidade Federal de Juiz de Fora.

O(s) autor(es) se responsabiliza(m) pelo conteúdo e opiniões expressos no presente artigo, além disso declara(m) que a pesquisa é original.

Recebido em 09/08/2021

Aprovado em 12/11/2021

